

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL 01/2015

REMOÇÃO

CADERNO

1

BRANCO

CADERNO
DE
PROVAS

Atenção!

Você está recebendo um caderno de provas do **tipo 1**. Portanto, **verifique se sua folha de respostas é, também, do tipo 1**. Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de aplicação o material descrito a seguir:
 - a) Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de **Tipo 1**;
 - b) Este caderno de prova **Tipo 1**, com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
- Ao receber a folha de respostas você deve:
 - a) Conferir seu nome, número de identidade e número de inscrição;
 - b) Ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - c) Assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante o período de realização da Prova Objetiva:
 - a) será vedado o uso de líquido corretor de texto, caneta hidrográfica fluorescente (caneta marca-texto), lápis, lapiseira/grafite, borracha, lápis-borracha;
 - b) será proibido utilizar ou portar, mesmo que desligados, durante a realização da Prova Objetiva de Seleção, telefone celular, *beep*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, *tablet*, mp3, bem como a utilização ou porte de óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné, gorro, podendo a Coordenação deste Concurso Público vetar o ingresso de candidato com outros equipamentos e/ou objetos além dos anteriormente citados;
 - c) será proibido o empréstimo de material, a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação, bem como qualquer espécie de comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas;
 - d) não será permitida a substituição da Folha de Respostas quando o erro for do candidato;
 - e) somente serão permitidos assinalamentos na Folha de Respostas feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
 - f) será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que contiver qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade;
 - g) não é permitido fazer anotação de informação relativas às suas respostas no CDI ou em qualquer outro meio.

A CONSULPLAN realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.

O tempo de duração da Prova Objetiva será de 5 (cinco) horas, abrangendo a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas, bem como o procedimento de identificação datiloscópica previsto.

O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação **após decorridas 2(duas) horas do início da prova**, momento a partir do qual poderá levar consigo o Caderno de Questões da Prova Objetiva.

Quanto terminar sua prova você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal de aplicação. Aquele que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.

Será obrigatória a permanência dos três últimos candidatos de cada sala, até que o último deles entregue a sua prova. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos dois outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador do local de provas.

REGISTROS PÚBLICOS E CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 1

Os tabeliães e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, escolhendo dentre eles os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho. Considerando esta faculdade legal, examine as assertivas abaixo:

- I. Os substitutos poderão, simultaneamente com o tabelião ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios, exceto, nos Tabelionatos de Notas, lavrar testamentos.
- II. Dentre os substitutos, um deles será designado pelo tabelião ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular, devendo tal designação ser comunicada ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- III. Os tabeliães e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causarem a terceiros na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros o direito de regresso somente em caso de dolo dos prepostos.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I.
- B) II.
- C) II e III.
- D) I e II.

Questão 2

São deveres dos tabeliães e dos oficiais de registro:

- A) Manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros, previamente aprovados pela direção do foro.
- B) Atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, mediante senha ou outro meio de organização de filas.
- C) Guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão.
- D) Facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente pelas pessoas legalmente habilitadas e previamente autorizadas pela direção do foro.

Questão 3

A respeito do funcionamento das serventias notariais e de registro, é correto afirmar:

- A) Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal.
- B) A mudança de endereço, número de telefone, endereço de correspondência eletrônica (*e-mail*) utilizado pela serventia deverá ser comunicada ao diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça no prazo de 15 (quinze) dias após a mudança ou alteração.
- C) É facultado aos serviços notariais e de registro a publicidade ou propaganda em periódicos e revistas nacionais, desde que não tenham natureza jurídica.
- D) É vedada a criação de sítios eletrônicos pelas serventias notariais e de registro sem prévia autorização da direção do foro.

Questão 4

“É justamente no sentido de prover aos indivíduos um fenecimento honrado que, no entrecruzamento das relações contemporâneas entre direitos fundamentais e autonomia privada, emerge o vasto campo de possibilidades das declarações de vontade antecipada ou testamento vital. O objetivo de tais expressões jurídicas é justamente proteger a dignidade humana do enfermo terminal ou daquele que, diante de diagnóstico médico preciso, esteja diante de circunstância tolhedora de suas potencialidades humanas racionais” (FACHIN, L.E. et al.. *Testamento vital ou declaração de vontade antecipada – limites e possibilidades das declarações de vontade que precedem à incapacidade civil*. Disponível em:

<<http://fachinadvogados.com.br/artigos/Testamento%20vital.pdf>>. Acesso em: 17 de abril de 2015.)

Considerando as ideias contidas no texto acima e de acordo com o que dispõe o Provimento nº 260/CGJ/2013, é correto afirmar:

- A) A declaração antecipada de vontade, apesar de não ter sido disciplinada no Provimento nº 260/CGJ/2013, deve ser lavrada por tabelião de notas considerando que trata-se de preservação de direitos personalíssimos.
- B) É possível na escritura pública de declaração antecipada de vontade a disposição de cláusulas testamentárias sobre partilha de bens, independentemente da presença de testemunhas instrumentárias, considerando tratar-se de documento público.
- C) É possível na escritura pública de declaração antecipada de vontade o declarante constituir procuradores para administrar-lhes os bens quando não puder expressar sua vontade.
- D) A declaração antecipada de vontade não poderá dispor sobre orientações aos profissionais médicos após o declarante encontrar-se em estado de incapacidade.

Questão 5

O término da delegação a notário ou a registrador acontece por extinção ou perda. A delegação se extingue por fatos próprios do delegatário e por fatos estranhos a ela. Marque a alternativa em que estão presentes apenas hipóteses de extinção de tal delegação:

- A) Morte, invalidez, renúncia, aposentadoria facultativa.
- B) Invalidez, aposentadoria compulsória, renúncia, perda da delegação.
- C) Aposentadoria compulsória, aposentadoria facultativa, remoção e renúncia.
- D) Remoção, invalidez, ausência, aposentadoria compulsória, aposentadoria facultativa.

Questão 6

Avalie as assertivas abaixo acerca da lavratura e registro do protesto:

- I. Ao devedor é facultado o uso do contraprotesto, que consiste em apresentação de razões escritas para o não pagamento da dívida.
- II. O contraprotesto impede o termo de lavratura do protesto.
- III. Havendo requerimento expresso do apresentante, o avalista do devedor a este será equiparado, devendo ser intimado e figurar no termo de lavratura e registro do protesto.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.

Questão 7

Em relação às procurações em causa própria, marque a alternativa correta, considerando o que dispõe o Provimento nº 260/CGJ/2013:

- A) A quitação do imposto de transmissão não figura entre os requisitos indispensáveis à sua lavratura, mesmo tratando-se de bens imóveis.
- B) O mandatário não precisa comparecer ao ato, considerando que o mandato é contrato unilateral.
- C) A quitação do preço no negócio entabulado não figura entre os requisitos indispensáveis à sua lavratura.
- D) Ocorrendo sua revogação, esta será considerada nula.

Questão 8

Acerca das escrituras públicas de separações e divórcio consensuais, é correto afirmar:

- A) Há sigilo em tais escrituras e eventuais certidões somente podem ser fornecidas às partes ou a mandatário constituído com poderes específicos.
- B) O comparecimento pessoal das partes é indispensável à lavratura de escritura pública de separação e divórcio consensuais, sendo vedada a representação mediante instrumento público de mandato.
- C) O tabelião não pode se recusar a lavrar a escritura pública quando houver fundados indícios de prejuízo para uma das partes, considerando tratar-se de direitos disponíveis.
- D) A convenção constante da escritura pública quanto à manutenção do nome de casado pode ser objeto de alteração mediante nova escritura da qual conste declaração unilateral do interessado na retomada do nome de solteiro, sendo necessária assistência por advogado.

Questão 9

“João e Maria são casados desde o ano de 2010, sob o regime de comunhão universal de bens. Possuem dois filhos, Joaquim e Ana. Joaquim, 19 anos, é solteiro e funcionário público. Ana, 17 anos, é viúva e universitária. João e Maria possuem patrimônio comum, em dinheiro, no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) e desejam realizar seu divórcio mediante escritura pública. João ficará com o importe de R\$90.000,00 (noventa mil reais) e Maria ficará com o valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais). O casal não tem dívidas e nenhum dos cônjuges deseja ou necessita de pensão alimentícia.”

De acordo com o texto acima, avalie as afirmativas abaixo:

- I. Não é possível a lavratura de escritura de divórcio de João e Maria.
- II. A escritura pública de divórcio de João e Maria conterà, além dos atos de arquivamentos, dois atos notariais distintos passíveis de cobrança de emolumentos.
- III. A escritura pública de divórcio de João e Maria deverá constar a comprovação de recolhimento de imposto sobre a fração transmitida.
- IV. Para a lavratura da escritura de divórcio de João e Maria é necessária a apresentação do pacto antenupcial.

A respeito das assertivas, assinale a opção correta:

- A) Apenas a afirmativa I é correta.
- B) Apenas as afirmativas II, III e IV são corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D) Apenas as afirmativas III e IV são corretas.

Questão 10

Analise as assertivas abaixo sobre o tema “escrituras públicas de compra e venda de imóvel”.

- I. É imprescindível a outorga do cônjuge do alienante, salvo no regime da separação total de bens, assim entendida a separação de bens resultante de pacto antenupcial.
- II. Nas escrituras públicas de compra e venda envolvendo unidade autônoma de condomínio edilício, a prova de quitação das obrigações condominiais poderá ser realizada mediante declaração do próprio transmitente, na forma e sob as penas da lei.
- III. Havendo incidência de imposto de transmissão por ato *inter vivos*, é indispensável a apresentação do comprovante de pagamento, mesmo que a lei municipal autorize o recolhimento após a lavratura.

A respeito das assertivas, assinale a opção correta:

- A) Todas as assertivas são corretas.
- B) Apenas as assertivas II e III são corretas.
- C) Apenas as assertivas I e III são corretas.
- D) Apenas as assertivas I e II são corretas.

Questão 11

Considerando o que dispõe o Provimento nº 260/CGJ/2013 sobre atas notariais, é correto afirmar que:

- A) Em caso do solicitante recusar assinar a ata, esta circunstância será anotada no campo destinado à sua assinatura.
- B) A ata notarial pode ter por objeto a colheita de declaração testemunhal para fins de prova em processo administrativo, mas não em processo judicial.
- C) A ata notarial é ato exclusivo e pessoal do tabelião, não podendo ser elaborada por escrevente.
- D) A ata notarial é espécie do gênero escritura pública, devendo ser redigida com os requisitos legais previstos no §1º do art. 215 do Código Civil Brasileiro.

Questão 12

Nas circunscrições imobiliárias possuidoras de condomínios rurais *pro diviso* que apresentem situação consolidada e localizada, a regularização de frações com abertura de matrícula autônoma, respeitada a fração mínima de parcelamento, será feita com a anuência dos confrontantes das parcelas a serem individualizadas. Considerando este dispositivo presente no Provimento nº 260/CGJ/2013, analise as assertivas abaixo:

- I. A instrumentalização do ato para fins de localização da parcela será feita mediante escritura pública declaratória, ou por instrumento particular nos casos do art. 108 do Código Civil.
- II. Considera-se confrontante o titular de direito real ou o ocupante, a qualquer título, da área lindeira da fração demarcada, integrante ou não do condomínio da área maior.
- III. No caso de hipoteca da área a ser individualizada, não será necessária a anuência do credor hipotecário, devendo o oficial de registro, todavia, comunicar-lhe a realização do registro da localização da parcela.

A respeito das assertivas, assinale a opção correta:

- A) Todas as assertivas são corretas.
- B) Apenas as assertivas II e III são corretas.
- C) Apenas as assertivas I e III são corretas.
- D) Apenas as assertivas I e II são corretas.

Questão 13

Em relação à escrituração dos atos notariais, é correto afirmar:

- A) Os atos notariais podem ser manuscritos com tinta indelével ou escriturados mediante utilização de meios tecnológicos seguros e de durabilidade garantida, em caracteres de fácil leitura, sem espaços em branco, obedecida a ordem cronológica.
- B) Quando escriturados utilizando meios tecnológicos, como impressão em impressora *laser*, os dados numéricos relevantes podem ser expressos apenas em algarismos, não necessitando de serem repetidos por extenso.
- C) Mediante escritura pública de aditamento lavrada e subscrita apenas pelo tabelião de notas, o notário poderá suprir omissões e erros evidentes imputados a ele ou seus prepostos, devendo, neste caso, as partes arcarem com os emolumentos correspondentes ao ato de aditamento, conforme previsão legal.
- D) No livro em folhas soltas, os comparecentes devem assinar somente na última lauda, mas o tabelião ou seu preposto deverá rubricar todas as laudas do ato e assinar na última.

Questão 14

Considere a seguinte situação: “O tabelião de protesto recebeu mandado judicial de sustação do protesto em caráter liminar, entretanto o notário já havia lavrado e registrado o protesto, uma vez que escoara o prazo previsto na legislação para pagamento, aceite, devolução ou manifestação de recusa.” Neste caso deverá o tabelião

- A) devolver o mandado ao juízo, certificando que o protesto já fora lavrado.
- B) cancelar o protesto lavrado, tendo em vista a ordem judicial de sustação.
- C) suspender, provisoriamente, os efeitos do protesto, anotando junto ao registro a suspensão.
- D) intimar o apresentante do título para apresentar defesa escrita, no prazo de 3 (três) dias.

Questão 15

Todas as alternativas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- A) Compete privativamente aos oficiais de registro de distribuição proceder, quando previamente exigida, à distribuição equitativa pelos serviços da mesma natureza, registrando os atos praticados; em caso contrário, registrar as comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes.
- B) Compete privativamente aos tabeliões de distribuição efetuar as averbações e os cancelamentos de sua competência.
- C) Aos oficiais de títulos e documentos, civil das pessoas jurídicas, civil das pessoas naturais e de registro de imóveis compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os oficiais de registro de imóveis e civil das pessoas naturais às normas que definirem as circunscrições geográficas.
- D) Tabelião, ou notário, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito dotados de fé pública, aos quais é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.

Questão 16

Sobre o ingresso nos Serviços Notariais e de Registro, de acordo com o Provimento nº 260/CGJMG/2013, é possível afirmar, **EXCETO**:

- A) A investidura na delegação, perante o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais ou magistrado por ele designado, se dará dentro do prazo de 30 (trinta) dias da expedição do ato de outorga da delegação, prorrogável uma única vez, por igual período.
- B) O exercício da atividade notarial ou de registro terá início dentro de 30 (trinta) dias, improrrogáveis, contados da investidura, perante o diretor do foro.
- C) Para a outorga da delegação, o candidato se desincompatibilizará previamente de eventual cargo, emprego ou função pública, inclusive de outro serviço notarial ou de registro, por ele ocupado.
- D) Se o exercício não ocorrer no prazo legal, o ato de delegação do serviço será declarado sem efeito pelo Presidente do TJMG.

Questão 17

Os tabeliões e oficiais de registro interinos nomeados, assumindo uma serventia, deverão tomar as seguintes providências, **EXCETO**:

- A) Proceder ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – STF.
- B) Remeter à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, até o dia 15 (quinze) de cada mês, os dados relativos ao mês anterior concernentes à receita, despesas, encargos e dívidas relacionadas às serventias com vacância declarada e que estejam sob sua responsabilidade.
- C) Encaminhar ao diretor do foro, no prazo de até 90 (noventa) dias úteis contados da data da assinatura do termo de compromisso, inventário que não poderá conter a relação de móveis utilizados pela serventia, já que são da propriedade do interino.
- D) Assinar termo e prestar compromisso de guardar e conservar os documentos, fichas, livros, papéis, microfilmes e sistemas de computação, selos de fiscalização e todo o acervo pertencente ao serviço até a efetiva transmissão do serviço ao novo delegatário aprovado em concurso público.

Questão 18

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Poderá haver atendimento ao público aos sábados, em número de horas fixado pelo tabelião ou oficial de registro, no período entre as 8 (oito) e as 18 (dezoito) horas, previamente autorizado pelo diretor do foro.
- B) Os Tabelionatos de Protesto deverão disponibilizar o número de telefone para atendimento aos oficiais de justiça em diligência para cumprimento de mandados judiciais no período compreendido entre as 17 (dezesete) e as 18 (dezoito) horas.
- C) O expediente dos serviços notariais e de registro somente poderá ser suspenso na comarca pelo diretor do foro em situações de urgência ou imprevisíveis, como na ocorrência de incêndio, de calamidade pública, falecimento do titular, dentre outros; ou nos casos de mudança de endereço ou transição, ocasião em que os títulos apresentados a registro no Ofício de Registro de Imóveis deverão ser recebidos normalmente, procedendo o oficial de registro ao seu lançamento no protocolo conforme dispõe a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos.
- D) O sistema de plantão, prestado pelos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais, através de rodízio, é exclusivo dos subdistritos da Capital da Comarca de Belo Horizonte.

Questão 19

São atribuições do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, **EXCETO**:

- A) Averbar a adoção, no registro de nascimento de pessoa maior.
- B) Registrar a adoção no Livro A.
- C) Sempre que realizar algum registro ou averbação, averbá-lo nos atos anteriores, fazendo remissões recíprocas.
- D) Registrar as sentenças de alteração do estado civil de casal estrangeiro cujo casamento tenha sido contraído no exterior.

Questão 20

O registro de nascimento será lavrado, via de regra, mediante declaração. Acerca do declarante do registro de nascimento, à luz do Provimento nº 260/CGJMG/2013, analise as assertivas abaixo:

- I. O pai do registrado tem precedência em relação à mãe na ordem sucessiva de pessoas obrigadas a declarar, por isso, a mãe somente será a declarante na falta ou impedimento do pai.
- II. A declaração por pessoa que não tenha precedência na ordem sucessiva será feita mediante apresentação, por escrito, de justificativa sobre a falta ou impedimento dos anteriores, que será assinada pelo próprio declarante.
- III. Se o declarante for estrangeiro em situação irregular, o registro será lavrado pela supremacia do interesse do menor.

Está correto o que se afirma em:

- A) I e III, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I, II e III.
- D) II e III, apenas.

Questão 21

Sobre o registro de nascimento e suas especificidades, analise as afirmativas abaixo:

- I. O registro de nascimento realizado através de uma Unidade Interligada de Registro Civil nas Maternidades prescinde da assinatura do declarante.
- II. Os nascimentos ocorridos a bordo de aeronaves e veículos rodoviários serão lavrados no Livro "E" do 1º Ofício de Registro Civil da sede da comarca de desembarque ou, a critério dos pais, no domicílio deles.
- III. Os registros de nascimento de nascidos no território nacional em que ambos os genitores sejam estrangeiros e pelo menos um deles esteja a serviço de seu país serão efetuados no Livro "A" do 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais da comarca, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: "O registrando não possui a nacionalidade brasileira, conforme o art. 12, inciso I, alínea "a", *in fine*, da Constituição Federal."

Está **INCORRETO** o que se afirma em:

- A) II e III, apenas,
- B) I e III, apenas,
- C) Todas estão incorretas.
- D) III, apenas.

Questão 22

Assinale a assertiva INCORRETA:

- A) A habilitação para o casamento, o registro e a primeira certidão serão isentos de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária a quem se declarar pobre sob as penas da lei, mas essa gratuidade não alcança as despesas com a publicação do edital de proclamas na imprensa local.
- B) Para cumprimento de mandado e alvará judicial expedido em favor de beneficiário da justiça gratuita, amparado pela Lei Federal nº 1060/1950 quando a parte for representada por Defensor Público Estadual ou advogado dativo designado nos termos da Lei nº 13.166/1999, a isenção de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária está condicionada a pedido formulado pela parte perante o oficial, no qual conste sua expressa declaração de que é pobre no sentido legal e de que não pagou honorários advocatícios.
- C) O registro de interdição somente será gratuito aos beneficiários da justiça gratuita, amparados pela Lei Federal nº 1060/1950.
- D) O fornecimento de Certidão Negativa de Registro, para fins de usucapião, será gratuito para o pobre no sentido legal.

Questão 23

O Casamento é um ato complexo composto, via de regra, pelo procedimento de habilitação, pela celebração e pela lavratura do registro. Sobre o ato de casamento é possível afirmar, **EXCETO**:

- A) Caso haja impugnação do oficial de registro, do Ministério Público ou de terceiro, uma vez dada ciência do fato aos contraentes para que indiquem as provas que pretendam produzir, serão os autos da habilitação submetidos ao juízo de direito competente no prazo de 3 (três) dias.
- B) As testemunhas do procedimento de habilitação não serão, necessariamente, as mesmas da celebração do casamento e podem ser parentes dos contraentes, em qualquer grau. No casamento nuncupativo elas não podem ter parentesco com os nubentes em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.
- C) O casamento religioso celebrado sem as formalidades legais poderá ter efeitos civis se, a requerimento dos contraentes, for registrado, a qualquer tempo, no registro civil, mediante prévia habilitação.
- D) Até o momento da celebração do casamento, podem os contraentes alterar a opção pelo regime de bens ou pelo nome que passarão a usar, hipóteses em que os autos de habilitação retornarão ao Ministério Público.

Questão 24

Analise as assertivas abaixo:

- I. A tutela, o reconhecimento de paternidade, a suspensão do poder familiar e a perda da nacionalidade brasileira são averbados à margem do registro de nascimento.
- II. A guarda será registrada no Livro E do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e somente será admitida a registro aquela deferida a quem não detenha o poder familiar.
- III. Para a lavratura do Registro de União Estável, quando o estado civil dos companheiros não constar da escritura pública, deverão ser exigidas e arquivadas as respectivas certidões de nascimento, ou de casamento com averbação do divórcio ou da separação judicial ou extrajudicial, ou de óbito do cônjuge se o companheiro for viúvo, exceto se mantidos esses assentos no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais em que registrada a união estável, hipótese em que bastará a consulta direta pelo oficial de registro.

Está correto o que se afirma em:

- A) II e III, apenas
- B) I e III, apenas
- C) I, II e III.
- D) I, apenas.

Questão 25

Sobre a transcrição de certidões de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro, é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) O traslado de certidões de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros lavrados em país estrangeiro será efetuado mediante apresentação de documentos originais. O arquivamento de tais documentos poderá ser feito por cópia reprográfica conferida pelo oficial de registro civil.
- B) O oficial de registro civil não deverá efetuar o traslado das certidões de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros ocorridos em país estrangeiro quando o requerente relatar a eventual necessidade de retificação do seu conteúdo, devendo, primeiramente, efetuar a sua correção através de retificação administrativa, nos termos do artigo 110 da Lei nº 6.015/1973.
- C) Os oficiais de registro civil deverão observar a eventual existência de acordos multilaterais ou bilaterais, de que o Brasil seja parte, que prevejam a dispensa de legalização de documentos públicos originados em um Estado a serem apresentados no território do outro Estado, ou a facilitação dos trâmites para a sua legalização.
- D) Caso não conste o sobrenome do registrando no assento de nascimento ocorrido em país estrangeiro, faculta-se ao requerente a sua indicação, mediante declaração escrita que será arquivada.

Questão 26

Analise as seguintes assertivas:

- I. A matrícula será aberta com os elementos constantes do título apresentado e do registro anterior; e, no caso de este ter sido efetuado em outra circunscrição, deverá ser apresentada certidão atualizada do inteiro teor da matrícula, com certificação de ônus e ações, expedida com antecedência máxima de 30 (trinta) dias da data da prenotação.
- II. A usucapião, a desapropriação, a regularização fundiária, as ações discriminatórias, em qualquer de suas formas, e as arrematações e adjudicações judiciais são modos de aquisição originária de propriedade, dispensando-se a observância ao princípio da continuidade.
- III. Entende-se por caracterização do imóvel apenas a indicação, as medidas e a área, não sendo considerados irregulares títulos que corrijam omissões ou que atualizem nomes de confrontantes, respeitado o princípio da continuidade.

Está correto o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) I, apenas.

Questão 27

Analise as assertivas abaixo:

- I. O registro e a averbação das cédulas e notas de crédito rural, industrial, à exportação, comercial, imobiliário, bancário e de produto rural, inclusive suas garantias e suas modificações, dependem do reconhecimento de firma dos signatários nos respectivos instrumentos, inclusive para a averbação de baixa ou cancelamento em que será reconhecida a firma do credor no instrumento de quitação.
- II. Quando, na alienação fiduciária, cuida-se de vários devedores fiduciários, ou cessionários, inclusive cônjuges, é necessária a intimação individual de todos eles. Na hipótese de serem diversos o devedor e o proprietário do bem alienado fiduciariamente, ambos deverão ser intimados.
- III. O parcelamento de imóvel urbano dependerá, em qualquer hipótese, de prévia anuência do município, enquanto o parcelamento de imóvel rural dela independe, sendo exigida a anuência do INCRA apenas nos casos expressamente previstos em lei.

Está correto o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) II, apenas.

Questão 28

São livros do Ofício de Registro de Títulos e Documentos, **EXCETO:**

- A) Livro A – Protocolo.
- B) Livro B – Registro integral.
- C) Livro C – Registro por resumo ou extrato.
- D) Livro D – Indicador real.

Questão 29

A queda, em março de 2015, no sul da França, do avião da *Germanwings*, companhia aérea alemã conhecida por vender passagens de baixo valor, foi causada

- A) por ataque terrorista por membros do Estado Islâmico.
- B) por falha técnica por falta de manutenção na aeronave.
- C) intencionalmente por um membro da tripulação do voo.
- D) por condições climáticas desfavoráveis, por estar a aeronave sobrevoando os Alpes franceses.

Questão 30

O economista francês *Thomas Piketty* é autor de “O Capital no século XXI”. Obra que coloca o tema da desigualdade como “*uma das questões mais vivas e polêmicas da atualidade*”, considerando que a desigualdade, segundo o autor, voltou a aumentar nos países ricos, principalmente nos Estados Unidos.

(PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.)

A respeito da desigualdade social brasileira, é correto afirmar:

- I. A economia brasileira é uma das 10 (dez) maiores do mundo, e, por conta disso, o Brasil apresenta um baixo índice de desigualdade social.
- II. A desigualdade social no Brasil, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, vem decrescendo nas últimas duas décadas.
- III. Ações afirmativas representam esforço governamental de tentativa de mitigação da desigualdade social.

A respeito das assertivas, assinale a opção correta:

- A) Todas as assertivas são corretas.
- B) Apenas as assertivas I e II são corretas.
- C) Apenas as assertivas I e III são corretas.
- D) Apenas as assertivas II e III são corretas.

DIREITO CIVIL

Questão 31

Nos termos da Lei nº 9.514/97, havendo a purga da mora, o oficial do Registro de Imóveis entregará ao fiduciário as importâncias recebidas, deduzidas as despesas de cobrança e de intimação. Quanto ao prazo para entrega das importâncias ao fiduciário, é correto afirmar que deve ser realizada

- A) nos 3 (três) dias seguintes à purgação da mora.
- B) nos 3 (três) dias seguintes à intimação para pagamento.
- C) nos 15 (quinze) dias seguintes à purgação da mora.
- D) nos 15 (quinze) dias seguintes à intimação para pagamento.

Questão 32

Nos termos do Estatuto da Advocacia, são impedidos de exercer a advocacia

- A) membros de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais e conselhos de contas, dos juizados especiais, da justiça de paz, juízes classistas, bem como de todos os que exerçam função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta e indireta.
- B) os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.
- C) ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro.
- D) ocupantes de cargos ou funções de direção em Órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público.

Questão 33

“Luciana, com dezessete anos é casada. Carlos é excepcional e não possui o desenvolvimento mental completo. Arthur é ébrio habitual. Sabrina possui enfermidade ou deficiência mental e não possui discernimento necessário para fazer suas escolhas na vida civil.” De acordo com o Código Civil, identifique o tipo de capacidade de Luciana, Carlos, Arthur e Sabrina, respectivamente.

- A) Relativamente incapaz, relativamente incapaz, relativamente incapaz, absolutamente incapaz.
- B) Capaz, absolutamente incapaz, relativamente incapaz, absolutamente incapaz.
- C) Capaz, relativamente incapaz, absolutamente incapaz, relativamente incapaz.
- D) Capaz, relativamente incapaz, relativamente incapaz, absolutamente incapaz.

Questão 34

Conforme o Código Civil, salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante

- A) confissão, documento, inspeção, presunção e perícia.
- B) documento, inspeção, testemunha, presunção e perícia.
- C) confissão, documento, testemunha, presunção e perícia.
- D) confissão, documento, testemunha, inspeção e perícia.

Questão 35

Nos termos do Código Civil, consideram-se imóveis para os efeitos legais, ou não perdem o caráter de imóveis, **EXCETO**:

- A) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- B) O direito à sucessão aberta.
- C) As energias que tenham valor econômico.
- D) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

Questão 36

Nos termos do Código Civil, “Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País”. Excluindo as diversas leis que excepcionam a regra do Código Civil, havendo venda somente da fração do imóvel, e se o valor da parte fracionada for inferior a 30 salários-mínimos, quanto à faculdade de o instrumento ser público ou particular, é correto afirmar:

- A) Deve-se verificar o valor do imóvel inteiro e não parte ou fração vendida.
- B) Deve-se verificar o valor da fração ou parte vendida, facultando neste caso, instrumento particular quando o valor da parte fracionada for inferior a 30 (trinta) salários-mínimos, desde que observado o Código de Defesa do Consumidor.
- C) Deve-se verificar o valor da fração, facultando instrumento público ou particular quando superior a 30 (trinta) salários-mínimos.
- D) Deve-se verificar o valor da fração, não podendo vender nova fração no período inferior a 90 (noventa) dias a contar do registro, se optarem por instrumento particular, a fim de não configurar fraude a lei.

Questão 37

A procuração é o instrumento do mandato. A outorga do mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato a ser praticado. Contudo, se, pelo valor do imóvel, a transação puder ser feita por instrumento particular, mas as partes, por opção, resolverem celebrá-la por escritura pública, havendo no caso outorga de procuração, relativo ao caso, é correto afirmar:

- A) Admite-se somente por instrumento particular.
- B) Admite-se somente por instrumento público.
- C) Admite-se por instrumento público ou particular.
- D) Admite-se mandato verbal quando o valor da transação for inferior a trinta salários-mínimos.

Questão 38

“Em 2006, Olavo, que não tinha herdeiros necessários, lavrou um testamento público contemplando como sua herdeira universal Maria. Em 2007, arrependido, Olavo revogou o testamento de 2006, lavrando novo testamento nomeando como seu herdeiro universal Mário, sem cláusula expressa de substituição. Em 2009, Mário faleceu, deixando seu neto Pedro. No mês de setembro de 2011, faleceu Olavo, deixando seu sobrinho Lucas, como único parente vivo.”

Assinale a alternativa que indique a quem caberá a herança de Olavo.

- A) Maria.
- B) Lucas.
- C) Pedro.
- D) A herança será vacante.

Questão 39

É exemplo de ato jurídico com forma defesa em lei

- A) a compra e venda de imóveis.
- B) os atos notariais.
- C) o testamento conjuntivo.
- D) o codicilo.

Questão 40

Nos termos do código civil, será causa de anulabilidade

- A) o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- B) a venda de ascendente a descendente.
- C) a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.
- D) a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

Questão 41

A garantia contra evicção e vícios redibitórios vigora em todos os contratos abaixo, à **EXCEÇÃO** do contrato de

- A) dação em pagamento.
- B) compra e venda.
- C) permuta.
- D) doação pura e simples.

Questão 42

“João celebrou contrato de mandato com Pedro, outorgando-lhe poderes para transferir documentos de seu veículo para Luana, pois o mesmo já estava alienado a ela, inclusive quitado, sendo sabido da condição frágil de saúde de Luana, que, em fase terminal, seria hospitalizada. Pedro, ainda dentro do cartório de notas, preste a assinar o documento de transferência, recebe a notícia da morte de João e que seus herdeiros estão em lugar incerto e não sabido, o que pode acarretar em longa demora na efetivação da transferência do documento do bem e sua regularização no órgão de trânsito.” Diante dos fatos, é correto afirmar:

- A) Por ter caráter pessoal, com o advento do falecimento de qualquer uma das partes, cessarão todos os efeitos do instrumento de mandato, em qualquer hipótese.
- B) Embora ciente da morte, deve o mandatário concluir o negócio já começado, se houver perigo na demora.
- C) Embora ciente da morte, os herdeiros devem concluir o negócio já começado, independente da abertura legal do inventário.
- D) A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido, devendo o interessado habilitar seus créditos, a fim de obter adimplemento da obrigação.

Questão 43

Quanto ao Regime de Bens dos cônjuges estabelecido no Código Civil, é correto afirmar que

- A) o regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a habilitação para o processo do casamento.
- B) o regime de bens pode ser alterado posteriormente à celebração do casamento, mediante a lavratura de escritura pública em Tabelionato de Notas por ambos os cônjuges.
- C) é obrigatório o regime da separação de bens no casamento de pessoa de 65 (sessenta e cinco) anos.
- D) nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, prestar fiança ou aval.

Questão 44

É garantia que impede a alienação do bem a terceiros:

- A) Penhor.
- B) Hipoteca.
- C) Alienação fiduciária.
- D) Anticrese.

Questão 45

Domicílio é de grande importância no direito, sendo o local em que a pessoa jurídica ou natural responde por suas obrigações. Quanto ao domicílio necessário, é correto afirmar que

- A) é o lugar onde se fixa residência com ânimo definitivo.
- B) é aquele que a lei impõe a determinado grupo de pessoas.
- C) é aquele que pode ser ajustado entre as partes nos contratos escritos.
- D) é o lugar onde funcionam as respectivas diretorias e administrações das pessoas jurídicas.

Questão 46

Segundo o Código Civil, poderá ser estipulada a guarda compartilhada dos filhos menores, **EXCETO** se

- A) requerida por consenso pelo pai e pela mãe.
- B) decretada pelo juiz mesmo sem o pedido dos genitores.
- C) requerida pelo pai ou pela mãe individualmente.
- D) manifestado por um dos genitores que não deseja a guarda do menor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 47

Nos termos do Código de Processo Civil, em relação aos embargos à execução, é correto afirmar que serão oferecidos no prazo de:

- A) 10 (dez) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
- B) 10 (dez) dias, contados da data da citação do devedor.
- C) 15 (quinze) dias, contados da data da citação do devedor.
- D) 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.

Questão 48

Quanto ao processo de execução cível, marque a opção correta.

- A) Na execução por quantia certa contra o devedor solvente, o executado será citado para, no prazo de 5(cinco) dias, efetuar o pagamento da dívida, com direito a nomear bens à penhora.
- B) O excesso de execução ocorre quando o valor dos bens penhorados é superior ao crédito reclamado.
- C) O leilão é utilizado para alienação de bem imóvel.
- D) A praça pública é utilizada para alienação de bem imóvel.

Questão 49

“João move ação de execução em face de Pedro, mas não informou como pretendia a citação.” Essa dar-se-á

- A) pelo correio.
- B) por hora certa.
- C) por precatória.
- D) por mandado.

Questão 50

Sobre o processo cautelar marque a opção **INCORRETA**:

- A) A indicação da lide e seu fundamento são requisitos obrigatórios da petição inicial apenas quando a cautelar for preparatória.
- B) O prazo para contestação é de 5 (cinco) dias.
- C) O indeferimento da medida cautelar por motivo de prescrição não impede que a parte intente a ação principal nem influi em seu julgamento.
- D) Medida cautelar pode ser substituída por caução, de ofício ou a requerimento de qualquer uma das partes.

Questão 51

“O executado Antônio, logo após intimado da formalização da penhora e da avaliação de bens, requereu ao juiz a expedição de guia para o pagamento da dívida, com os acréscimos legais e os honorários fixados.” O ato de pagamento nessa hipótese denomina-se

- A) remição da dívida.
- B) remissão total da dívida.
- C) remissão parcial da dívida.
- D) remissão de bens.

Questão 52

A respeito da penhora, assinale a afirmativa correta:

- A) A penhora não será realizada se o bem estiver na posse de terceiro.
- B) Havendo mais de uma penhora será lavrado um único auto de penhora.
- C) Se o devedor fechar as portas da casa, a fim de impedir a penhora, o oficial de justiça providenciará o arrombamento, independente de qualquer autorização judicial.
- D) O juiz autorizará a alienação antecipada dos bens penhorados quando houver manifesta vantagem.

Questão 53

Nos termos do Código de Processo Civil, a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando

- A) se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- B) proferida por juiz suspeito ou absolutamente incompetente.
- C) violar literal disposição de lei.
- D) resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.

Questão 54

De acordo com a legislação processual civil, a interposição de ação cautelar preparatória obriga o autor a propor a ação principal no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data

- A) da efetivação da medida cautelar.
- B) da interposição da medida cautelar.
- C) em que o mandado de citação foi juntado aos autos.
- D) do deferimento da medida cautelar.

Questão 55

De acordo com o Código de Processo Civil, nas ações de reintegração e de manutenção de posse, incumbe ao autor provar, **EXCETO**:

- A) A sua posse, bem como a propriedade.
- B) A turbação ou o esbulho praticado pelo réu.
- C) A data da turbação ou do esbulho.
- D) A continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção; a perda da posse, na ação de reintegração.

Questão 56

Acerca da ação monitória, é correto afirmar:

- A) Acolhida a inicial, o juiz ordenará a citação do réu para pagar ou entregar a coisa no prazo de 15 (quinze) dias.
- B) Acolhida a inicial, o juiz ordenará a intimação do réu para pagar ou entregar a coisa no prazo de 15 (quinze) dias.
- C) Desnecessária a citação ou intimação do réu, pois o juiz determinará a expedição do mandado monitório.
- D) O mandado monitório é idêntico ao relativo à ação executiva, de modo que o prazo para o cumprimento da obrigação é de 24 (vinte e quatro) horas.

Questão 57

Com relação à ação de prestação de contas, de anulação de títulos ao portador e consignação em pagamento, é correto afirmar:

- A) São tipos especiais relativos ao processo de conhecimento, com aplicação de regras do processo de execução.
- B) O CPC trata de todas as situações fáticas que autorizam a parte a consignar o pagamento, trazendo um rol taxativo.
- C) A ação de anulação de títulos tem como requisito a perda do título ou seu injusto desapossamento.
- D) Aquele que tem o dever de prestar contas não tem interesse legítimo para a propositura da ação de prestação de contas, pois seu direito independe da atitude da parte contrária.

Questão 58

“Mário sendo proprietário do imóvel localizado à rua Manaus, em Contagem, celebrou contrato de comodato com Antônio, pelo prazo de 30 (trinta) meses. Após o término do prazo, Antônio foi notificado, mas se recusa a entregar o imóvel.” Qual é a ação correta para reaver o imóvel?

- A) Despejo.
- B) Revocatória.
- C) Manutenção de posse.
- D) Reintegração de posse.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Questão 59

“Tício foi preso, em razão de mandado de prisão, proveniente de sentença condenatória transitada em julgado, no feriado de 01 de maio de 2015, sexta-feira, às 23 horas e 33 minutos.” A contagem do prazo de cumprimento da pena teve início

- A) na terça-feira, dia 05 de maio de 2015.
- B) na segunda-feira, dia 04 de maio de 2015.
- C) no sábado, dia 02 de maio de 2015.
- D) na sexta-feira, dia 01 de maio de 2015.

Questão 60

São penas restritivas de direitos, **EXCETO**:

- A) A prestação pecuniária.
- B) A prestação de serviço a entidades públicas.
- C) A monitoração eletrônica.
- D) A limitação de fim de semana.

Questão 61

“Na Praça da Matriz, por volta das 15h, Tício, apontando um revólver, subtraiu, para si, o relógio de ouro de Pérsio, o que foi testemunhado pelo pedestre Caio. No dia seguinte, no mesmo horário e na mesma praça, Tício, utilizando o mesmo revólver, agrediu Pérsio, mediante coronhadas, causando-lhe perda da visão do olho esquerdo.” Tício responderá pelos crimes

- A) em concurso material.
- B) em concurso formal.
- C) em concurso de pessoas.
- D) em continuidade delitiva.

Questão 62

“Tício foi condenado a cinco anos de reclusão, em regime inicial semi-aberto, e a 50 dias-multa, fixado o dia-multa no valor mínimo legal, pela prática de crime de falsificação de documento público. A sentença condenatória, na qual foi reconhecida a reincidência de Tício, transitou em julgado.” Segundo o Código Penal, para o reconhecimento da extinção da punibilidade, o prazo prescricional da pretensão executória da pena é de

- A) 8 anos.
- B) 12 anos.
- C) 16 anos.
- D) 20 anos.

Questão 63

É circunstância agravante dos crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990):

- A) Ocasionalmente os crimes pequeno dano coletivo.
- B) Quando os crimes forem cometidos por servidor público.
- C) Quando os crimes forem cometidos em detrimento de pessoa portadora de deficiência motora.
- D) Serem os crimes cometidos em época de suave crise econômica.

Questão 64

O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for

- A) gestante a partir do sexto mês de gravidez.
- B) menor de 70 anos.
- C) debilitado por motivo de doença.
- D) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa com deficiência.

Questão 65

São medidas cautelares diversas da prisão, **EXCETO**:

- A) O recolhimento domiciliar no período diurno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.
- B) A proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.
- C) A monitoração eletrônica.
- D) A suspensão do exercício de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de crimes e/ou contravenções penais.

Questão 66

O agente está em flagrante delito nas seguintes situações, **EXCETO**:

- A) Quando o agente está cometendo a infração penal.
- B) Quando o agente, logo após cometer a infração penal, é perseguido por uma criança, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- C) Quando o agente, uma semana depois de cometer a infração penal, é encontrado com objetos da vítima, que fazem presumir ser ele autor da infração.
- D) Quando o agente acaba de cometer a infração penal.

Questão 67

“Em 2012, Tício, contando com 20 anos de idade, forneceu cocaína, gratuitamente, sem autorização, a Caio, que contava com 30 anos de idade. Tício foi denunciado e, no curso do processo, confessou os fatos. O exame de insanidade mental revelou que Tício, por doença mental, era, ao tempo do ato, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.” A sentença, proferida dois anos após os fatos, foi

- A) condenatória, com aplicação de pena.
- B) condenatória, com aplicação de medida de segurança.
- C) absolutória, com aplicação de medida de segurança.
- D) extintiva de punibilidade, pelo perdão judicial.

Questão 68

Caberá recurso em sentido estrito

- A) da sentença definitiva de absolvição proferida por juiz singular.
- B) da decisão do Tribunal do Júri, quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
- C) da decisão do Tribunal do Júri, quando houver erro no tocante à aplicação da medida de segurança.
- D) da sentença que pronunciar o acusado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 69

Avalie as afirmações:

- I. Os Municípios podem instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, sendo vedado aos Estados e Distrito Federal.
- II. Os Estados e Distrito Federal não podem instituir empréstimos compulsórios.
- III. A contribuição de melhoria pode ser instituída tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- IV. A União poderá instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos no art. 153 da Constituição Federal, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.

Está correto o que se afirma em:

- A) II, III e IV, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.

Questão 70

É permitido à União instituir isenção de imposto

- A) sobre serviços de qualquer natureza.
- B) de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- C) sobre propriedade de veículos automotores.
- D) sobre produtos industrializados.

Questão 71

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Segundo o conceito de tributo do Código Tributário Nacional, este, dentre outros pontos, é compulsório e em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.
- B) Pelo Código Tributário Nacional, a sanção por ato ilícito é considerado tributo.
- C) Pelo art. 3º do Código Tributário Nacional, o tributo, dentre outros fatores, é prestação instituída em lei.
- D) Segundo o Código Tributário Nacional, tributo, dentre outros aspectos, é cobrado mediante atividade administrativa vinculada.

Questão 72

Avalie as afirmações a seguir:

- I. O imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD) tem a função extrafiscal de desestimular a acumulação de renda.
- II. O imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD) tem a função fiscal de gerar recursos para o poder público.
- III. A transmissão de propriedade por ato entre vivos pode ser fato gerador do imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- IV. A cessão onerosa de direitos hereditários é fato gerador do imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- V. Quando casado o autor da herança, a meação do cônjuge sobrevivente será tributada pelo imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos

É correto somente o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) II, III e V.
- D) III, IV e V.

Questão 73

Considerando o disposto sobre responsabilidade tributária no Código Tributário Nacional, avalie as seguintes afirmativas:

- I. Os créditos tributários relativos ao IPTU sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- II. O espólio é pessoalmente responsável por tributo devido pelo *de cuius* até a data da abertura de sucessão.
- III. Os tabeliães respondem solidariamente pelos tributos devidos sobre atos praticados por eles, em razão de seu ofício, nos atos em que intervierem, no caso de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte.
- IV. A responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

Questão 74

A respeito do lançamento do crédito tributário disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Tem a finalidade de calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- B) Tem a finalidade de verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- C) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia do ato de lançamento.
- D) É atividade vinculada e obrigatória da autoridade administrativa tributante.

Questão 75

São causas de extinção do crédito tributário previstos no Código Tributário Nacional, **EXCETO**:

- A) Compensação.
- B) Depósito do seu montante integral.
- C) Remissão.
- D) Conversão do depósito em renda.

Questão 76

Considerando o direito tributário e suas definições, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A anistia é exclusão do crédito tributário relativo ao tributo e as penas pecuniárias, abrangendo, portanto, todo o crédito tributário.
- B) Os fatos não abrangidos pelas hipóteses de incidência de crédito tributário são definidos como não incidência.
- C) Isonomia é exclusão do crédito tributário, através de lei, em que esta retira parte das hipóteses de incidência do crédito tributário.
- D) Imunidade é de índole constitucional e impede, dentre outras coisas, que lei ordinária tribute determinados fatos ou pessoas.

Questão 77

Considerando a Lei Estadual (MG) nº 15.424 de 30/12/04, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências, os emolumentos incluem, **EXCETO**:

- A) As comunicações legais.
- B) A elaboração e o preenchimento de certidão e documento de arrecadação.
- C) As despesas postais, exceto quando expressamente ressalvadas nas tabelas que integram a lei.
- D) Despesas de transporte do oficial registrador para diligência de casamento fora do serviço registral.

Questão 78

Considerando a Lei Estadual (MG) nº 15.424 de 30/12/04, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências, é isento de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária, **EXCETO**:

- A) A prática de atos de registro para cumprimento de mandado expedido em favor de beneficiário da justiça gratuita no caso de processos relativos a ações de investigação de paternidade.
- B) A prática de atos de registro de mandado expedido em favor do autor da ação de usucapião especial urbana beneficiário da justiça gratuita, no registro de imóveis.
- C) A prática de atos de registro de penhora realizada em processo de execução fiscal.
- D) Para os declaradamente pobres, os atos de registro de escritura de compra e venda de imóvel.

DIREITO COMERCIAL

Questão 79

Analise as assertivas abaixo:

- I. Em relação ao empresário, é correto afirmar que de sua definição legal, destacam-se as noções de profissionalismo, atividade econômica organizada e produção ou circulação de bens ou serviços.
- II. O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que estejam regularmente contabilizados, sendo que a responsabilidade do credor primitivo permanecerá pelo prazo de um ano, a contar da publicação da transferência, quando se referir a créditos vencidos, ou a contar da data do vencimento da dívida, quando se tratar de outros créditos.
- III. Empresa é o conjunto organizado de bens administrado pelo empresário, visando à produção ou circulação de bens e serviços.
- IV. os efeitos do arquivamento de documentos no registro de comércio retroagem à data de sua assinatura, desde que apresentados à Junta Comercial no prazo de 15 (quinze) dias.
- V. O Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC é responsável pelo arquivamento dos atos constitutivos das sociedades empresárias e inscrição de empresários individuais.

A partir da análise, é correto afirmar que:

- A) Todas as assertivas são verdadeiras.
- B) São verdadeiras apenas as assertivas II, III e IV.
- C) São verdadeiras apenas as assertivas I e II.
- D) São verdadeiras apenas as assertivas I, II e IV.

Questão 80

A respeito das sociedades cooperativas, marque a opção correta:

- A) O capital social de uma sociedade cooperativa é obrigatório.
- B) Constitui-se em característica da sociedade cooperativa a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.
- C) Na sociedade cooperativa cada sócio terá direito a voto proporcionalmente à sua participação no capital da sociedade.
- D) O capital social de uma sociedade cooperativa será considerado para a distribuição dos resultados, proporcionalmente às quotas subscritas e integralizadas pelo sócio.

Questão 81

A respeito da sociedade limitada, marque a opção correta:

- A) As quotas da sociedade limitada podem ser iguais ou desiguais, mas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência.
- B) Na sociedade limitada, cujo contrato social é omissivo em relação à disciplina da alienação das quotas sociais, o sócio não pode ceder as suas quotas a estranhos ou a outros membros da sociedade, sendo-lhe permitido retirar-se da sociedade apenas nas hipóteses em que a lei lhe confere o chamado direito de regresso.
- C) O uso da firma ou denominação social é privativa dos administradores que tenham os necessários poderes, bem como dos sócios titulares da maioria das quotas que compõem o capital social.
- D) A estipulação contratual que exclua o sócio de participar dos lucros e das perdas é ineficaz em relação aos demais sócios.

Questão 82

Analise as assertivas abaixo:

- I. É correto afirmar que, nas sociedades anônimas, o estatuto poderá prever que determinadas classes de ações ordinárias e de ações preferenciais tenham direito de voto restrito.
- II. O conselho de administração de uma sociedade anônima terá, dentre outras competências, a eleição da diretoria.
- III. As partes beneficiárias são títulos negociáveis, sem valor nominal, emitidos por uma sociedade por ações, que atribuem aos seus titulares o direito a um crédito eventual, consistente na participação nos lucros anuais.
- IV. A ação de responsabilidade civil contra o administrador de uma sociedade por ações pode ser promovida por acionistas que representem pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social, desde que a assembleia geral delibere não a promover.
- V. Em relação às debêntures, é correto afirmar que não podem ser conversíveis em ações, pois são títulos de dívida.

Estão corretas somente as assertivas:

- A) I, II e III.
- B) II, IV e V.
- C) II e III e V.
- D) II, III e IV.

Questão 83

Em relação aos títulos de crédito, marque a opção correta:

- A) Com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante, perde-se a eficácia do endosso-mandato.
- B) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- C) Enquanto o título de crédito estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias o que representa.
- D) No título de crédito à ordem admite-se o endosso parcial.

Questão 84

Analise as assertivas abaixo:

- I. É correto afirmar que o cheque administrativo é aquele em que o emitente, para fins de liquidez e tranquilidade do beneficiário, solicita do sacado que aponha visto ou certificado, bem como reserve o valor.
- II. A prescrição da duplicata ocorre contra o sacado e respectivos avalistas, em 03 (três) anos, contados da data do protesto.
- III. A nota promissória pode ser passada à vista, a dia certo e a tempo certo de data.
- IV. O endosso transmite a propriedade da letra de câmbio. Para a validade do endosso, é suficiente a simples assinatura do próprio punho do endossador ou do mandatário especial, no verso da letra. O endossatário pode completar este endosso.
- V. O portador de uma letra de câmbio é obrigado a receber o pagamento parcial, ao tempo do vencimento do título.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e V, apenas.
- B) II, III e V, apenas.
- C) III, IV e V, apenas.
- D) I, II, III, IV e V.

Questão 85

Em relação à revogação de atos praticados antes da falência, marque a opção correta:

- A) São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, sendo necessária a prova do conluio fraudulento entre devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida.
- B) A ação revocatória deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 2 (dois) anos contados da decretação da falência.
- C) O juiz, na ação revocatória, poderá, de ofício ordenar, como medida preventiva, o sequestro dos bens retirados do patrimônio do devedor que estejam em poder de terceiros.
- D) A sentença que julgar procedente a ação revocatória determinará o retorno dos bens à massa falida em espécie, com todos os acessórios, ou o valor de mercado, acrescidos das perdas e danos. Desta decisão cabe o recurso de agravo.

Questão 86

Em relação à Lei nº 11.101/05, marque a opção correta:

- A) A habilitação dos créditos em falência é providência que compete ao credor, em petição dirigida ao juiz da causa.
- B) Na falência consideram-se créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre a ordem de classificação os créditos tributários, independentemente de sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias.
- C) Os procedimentos de recuperação judicial e extrajudicial têm em comum a necessidade de o devedor ser empresário idôneo, assim entendido, dentre outros requisitos, aquele que não obteve nos últimos 5 (cinco) anos recuperação judicial.
- D) Após a concessão da recuperação judicial pelo juiz competente, caso o devedor deixe de cumprir as obrigações previstas no plano de reestruturação das dívidas, o juiz poderá convocar a recuperação judicial em falência, mediante prévia aprovação da Assembleia de Credores, na qual não votarão os credores porventura satisfeitos.

Questão 87

Ainda sobre a Lei nº 11.101/05, marque a opção correta:

- A) O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado no prazo assinado pelo juiz, não superior a 120 (cento e vinte) dias.
- B) Quem por dolo requerer a falência de outrem será condenado, na sentença que julgar improcedente o pedido, a indenizar o devedor, apurando-se as perdas e danos em liquidação de sentença.
- C) O processo de recuperação judicial aplica-se a qualquer tipo de sociedade.
- D) A decretação da falência de empresário individual extingue automaticamente todos os contratos de que for parte.

Questão 88

Sobre os títulos de créditos, marque a opção correta:

- A) Podem ser reivindicados do portador que os adquiriu de boa-fé.
- B) O possuidor de título dilacerado, identificável, tem direito de obter do emitente a substituição, devolvendo o título e pagando as despesas.
- C) O proprietário, que perder ou extraviar o título, ou for injustamente desapossado dele, poderá obter novo título em juízo, porém não poderá impedir que sejam pagos a outrem capital e rendimentos.
- D) O aval a um título de crédito deve ser prestado através de documento específico para essa finalidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 89

São brasileiros natos, **EXCETO**:

- A) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- B) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- C) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- D) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Questão 90

Quanto às normas que dispõem sobre a organização dos poderes, assinale a alternativa correta:

- A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- B) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes comuns e de responsabilidade.
- C) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- D) Não pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Questão 91

Quanto aos direitos políticos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos aos maiores de 70 (setenta) anos.
- B) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mediante plebiscito, referendo, e iniciativa popular.
- C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- D) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão ocorrerá tão somente na hipótese de improbidade administrativa.

Questão 92

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) São bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- B) Compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre desapropriação.
- C) Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- D) Para manter a integridade nacional, a União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal.

Questão 93

Quanto às políticas urbana e rural, é **INCORRETO** afirmar:

- A) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- B) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- C) A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel que não esteja cumprindo sua função social, far-se-á mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, inclusive das benfeitorias úteis e necessárias, com cláusula de preservação do valor real.
- D) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, bem como a propriedade produtiva.

Questão 94

Quanto às normas constitucionais que regem a educação, a cultura e o desporto, é correto afirmar:

- A) Os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- B) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
- C) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
- D) É vedado às Universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

Questão 95

Quanto aos contratos administrativos, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, mesmo havendo posição divergente e fundamentada, registrada em ata da reunião que tiver sido tomada a decisão.
- B) A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.
- C) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva resposta.
- D) É cláusula necessária em todo contrato a que estabeleça a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos.

Questão 96

Assinale a alternativa correta:

- A) Os contratos administrativos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração quando necessária a modificação do regime de execução, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- B) Os contratos administrativos poderão ser alterados, exclusivamente por acordo das partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- C) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- D) Não constitui motivo para rescisão do contrato a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

Questão 97

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, na hipótese de alteração ou de modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.
- B) A rescisão administrativa deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, não se exigindo tal autorização quando a rescisão for amigável.
- C) A rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
- D) Quando a rescisão ocorrer por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Questão 98

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Não se subordinam ao regime da lei de licitações os fundos especiais.
- B) A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.
- C) As compras, sempre que possível, deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
- D) Nas compras deverá ser observada, ainda, a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca.

Questão 99

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime da concessão.
- B) Poderá participar indiretamente da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- C) Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços será considerado ainda o impacto ambiental.
- D) A Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel.

Questão 100

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A rescisão do contrato pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, acarreta a assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.
- B) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- C) A pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, só poderá ser aplicada em decisão judicial.
- D) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

